



**Companhia Celg de Participações -  
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93  
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração  
Exercício findo em  
31 de dezembro de 2019**

## MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e IX da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, chamados de *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A holding detém participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“CELG GT”), e dentre as realizações ocorridas no ano de 2019 destaca-se, de forma individual, a fixação das condições do aumento do capital social, ocorrida na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de dezembro de 2019, cujo objetivo principal é a solução do Passivo a Descoberto da Companhia que culminará, no exercício de 2020, com a respectiva homologação do Capital Social, motivada pelo conclusão dos atos deste aumento, mediante a subscrição particular de ações aprovados na respectiva assembleia. Já no âmbito da sua atuação como holding, destaca-se a atuação da CELGPAR no sentido de fortalecimento do fluxo de caixa da sua subsidiária integral, especificamente pela capitalização do montante de dividendos distribuídos pela CELG GT, referente ao exercício social anterior, bem como pela realização e capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, que culminaram com a acentuação da curva de investimentos da CELG GT no ano de 2019, com vistas a se manter e perpetuar a situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão de Geração e Transmissão.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.

**Lener Silva Jayme**  
**Presidente**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
**(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)**

## **1- CENÁRIO MACROECONÔMICO**

---

No ano de 2019, a economia brasileira cresceu em termos reais 1,1%, frente ao crescimento real do PIB em 2018 de 1,12%. O resultado, abaixo das expectativas do início de 2019, decorre, conforme nota informativa divulgada pelo Ministério da Economia, da redução do componente governamental na composição do PIB, considerando os dados até o terceiro trimestre de 2019.

A opção pela redução da participação estatal na economia está alinhada à estratégia macroeconômica de redução estrutural dos juros de médio e de longo prazo, e, conseqüentemente, à de maior protagonismo do setor privado no arranjo econômico proposto. A busca de equilíbrio fiscal e do destravamento burocrático é personificada na reforma previdenciária e na Medida Provisória da liberdade econômica já aprovadas, bem como nas reformas tributária e administrativa com expectativa de tramitação em 2020, juntamente com a venda de estatais e suas subsidiárias pela Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. Tais propostas visam maior dinamismo da iniciativa privada, e um esforço para redução do agravamento do quadro fiscal. Caso haja a redução do desequilíbrio fiscal, espera-se que os juros de longo prazo caiam uma vez que o risco de calote do governo ou de majoração de tributos diminui.

Cabe ressaltar que tais medidas não ocorrem sem efeitos colaterais. A redução na taxa SELIC promove, no curto prazo, a redução de posição especulativa estrangeira em títulos da dívida pública, aumentando a demanda externa por moedas estrangeiras a serem repatriadas e desvalorizando o Real. A desvalorização do Real, por sua vez, é elemento de redução da rentabilidade dos investidores externos, uma vez que os lucros em reais a serem repatriados agora estão sujeitos a uma cotação desvalorizada. Este efeito, se não moderado de alguma forma, poderá provocar uma redução no ritmo de investimentos externos no Brasil, componente importante na retomada do crescimento cuja intenção do governo é de ser protagonizada pela iniciativa privada.

A taxa média de desemprego reduziu de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019. De acordo com a PNAD, houve aumento na população ocupada em R\$ 1,8 milhão de pessoas, atingindo 93,4 milhões, 2% acima do valor de 2018. O trabalho com carteira assinada teve alta de 1,1% na média anual, alcançando 33,2 milhões de trabalhadores. Os trabalhadores por conta própria cresceram 4,1%, ou 446 mil pessoas a mais que em 2018. A combinação dos resultados mostra uma mudança no perfil do trabalho no Brasil, cujo crescimento é liderado pelos empregos por conta própria, e por uma redução relativa da participação dos empregos com carteira assinada. A mudança no formato de empregabilidade decorre de um desenho institucional que beneficia a contratação de Pessoa Jurídica, e essa assimetria de tributação é alvo da reforma tributária, a qual pretende, entre outros objetivos, desonerar a folha de pagamentos.

Segundo o IBGE, na tabela de Contas Nacionais Trimestrais, a Formação Bruta de Capital Fixo medida como proporção do PIB permanece em níveis reduzidos. Em 2019, a proporção ficou em 15,36% do PIB, leve aumento de 0,12% em relação a 2018. Esse número vem recuperando lentamente desde 2017, onde atingiu a mínima de 14,56%. O resultado, no entanto, está aquém dos observados entre 2010 e 2013, quando superava 20%.

A inflação, medida no índice IPCA, ficou em 4,31% no fechamento de 2019, superando o centro da meta de inflação (3,75%) em 0,56%. O resultado foi agravado, sobretudo, em dezembro, quando ocorreu uma alteração de preços relativos da proteína animal, em função da crise de produção da China. Como consequência, aumentou-se a exportação brasileira de carne à China, o que provocou escassez no mercado doméstico, refletindo pesadamente no IPCA de dezembro de 2019.

Já a perspectiva macroeconômica em que o Brasil está inserido em 2020 é complexa e significativamente impactada pelas influências internacionais. A condução econômica do país, de eixo liberal, aumenta a aposta em uma agenda reformista como base para o crescimento economicamente sustentável de longo prazo. Ao mesmo tempo, o cenário internacional se impõe como desafio com o surgimento do novo Coronavírus e toda complexidade de questões mundiais pendentes: eleições americanas, conflitos armados, degradação ambiental, soberania e fronteiras, e tantas mais.

Quanto às implicações macroeconômicas no setor elétrico brasileiro, a estratégia de austeridade fiscal continuará a implicar a redução da iniciativa pública no setor elétrico, com maior probabilidade de privatizações e aumento do ritmo de desinvestimentos públicos. Espera-se também redução do financiamento pelas agências de fomento e bancos públicos, com consequente redução do montante de financiamento por empresas públicas.

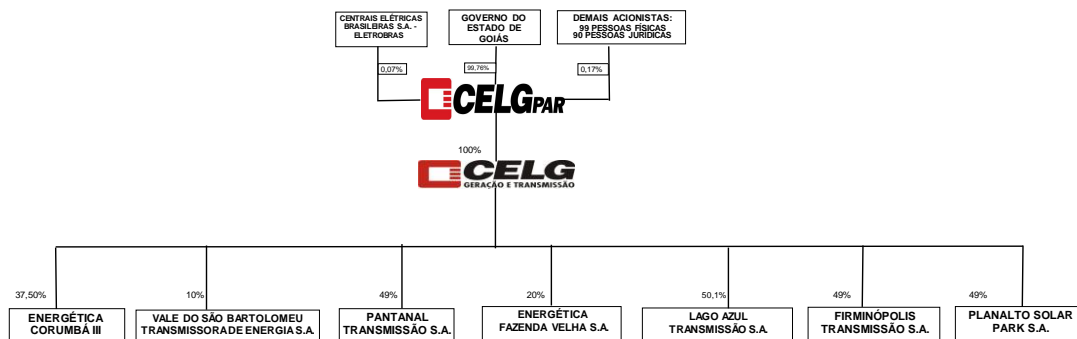
Fato é que nos últimos anos, a crise financeira e a demora na recuperação econômica tem impossibilitado a capacidade de realização de investimentos em obras e serviços públicos por parte do Governo Federal, que nesta perspectiva, tem como aliado o setor elétrico, visto sua importância para retomar o crescimento econômico brasileiro. Os leilões no segmento de transmissão e geração têm a forte capacidade de atrair investimentos e geração de empregos sendo assim fundamental para o desenvolvimento e crescimento dos demais elos da cadeia produtiva do país, bem como viabilizar melhor infraestrutura para as áreas remotas do Brasil

## **2- ANÁLISE SETORIAL**

---

### **2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de uma série de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

### 2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2019, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 756 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 3.208 MVA e um Compensador Estático 500 kV, com capacidade instalada de -150/+300 MVar.

De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

O investimento total realizado pela Controlada CELG GT em 2019 foi de R\$ 64,8 milhões, mantendo um investimento maior em 16% que a média dos últimos 5 anos, na ordem de R\$ 55,9 milhões. Desta forma, destacam-se, no âmbito desta Controlada a energização dos seguintes empreendimentos:

- ◇ Instalação de banco autotransformador 230/138/13,8 kV – 3x50 MVA e conexões na SE Firminópolis - GO, o que permitirá o aumento da oferta de energia elétrica na região, além de garantir a confiabilidade e segurança do suprimento. O arranjo do setor de 230 kV da subestação também foi adequado permitindo assim maior flexibilidade operativa.
- ◇ Instalação de Trafo 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do trafo reserva e conexões na SE Planalto - GO, a substituição dos transformadores em final de vida útil (T1 e T2 de 230/69 kV) com a instalação de novos equipamentos, contemplando aumento de potência nominal (de 41,7 MVA para 50 MVA cada). O transformador reserva 230/69 kV – 50 MVA

foi ativado, assumindo permanentemente a cargas da subestação com os outros transformadores.

- ◇ Instalação do 3º Transformador 230/69/13,8 kV - 50 MVA e conexões, e adequação de arranjo em 230 kV na SE Paranaíba - GO, cujas obras refletem em maior confiabilidade e capacidade de atendimento a demanda da região. Ademais, o arranjo do setor 230 kV proporciona maior flexibilidade operativa para as instalações.
- ◇ Instalação do 3º Transformador 230/69/13,8 kV - 50 MVA e conexões associadas na SE Palmeiras - GO, o que resultará em maior confiabilidade e capacidade de atendimento à demanda da região.

Além dos empreendimentos citados, em 2019 foram modernizadas diversas instalações da Controlada Celg GT, através da substituição/instalação de serviços auxiliares, substituição de painéis de proteção, substituição de seccionadores, adequação da iluminação de pátio e reforma/ampliação de casas de comando.

Também foram investidos mais de R\$ 3,1 milhões em participações, dentre estes, para as SPE Vale do São Bartolomeu (R\$ 1,3 milhões) e Firminópolis Transmissora (R\$ 1,2 milhões). Destaque para a energização do Contrato de Concessão nº 08/2016, referente a Linha de Transmissão (em 230 kV), interligando as Subestações de Trindade e Firminópolis, estado de Goiás.

Em 2020, a Controlada Celg GT pretende investir mais de R\$ 130 milhões, cujas principais obras são:

- ◇ SE Cachoeira Dourada - GO - Substituição do ATR1 230/138kV,(3+1)x33,33MVA, por (3+1)x40 MVA. Com a substituição do banco de autotransformadores 230/138 kV da subestação Cachoeira Dourada - GO, será possível a reativação desta transformação da Controlada CELG GT que, em conjunto com o banco ATR2 de outra transmissora, proporcionará maior confiabilidade no suprimento aos consumidores da região, além de permitir o escoamento das gerações de energia conectadas no barramento de 138 kV da instalação.
- ◇ SE Ananguera – GO - 2º Banco de transformadores 230/69/13,8 kV - 3x16,67 MVA e conexões associadas. A subestação Ananguera possui apenas um banco de autotransformadores 230/69 kV que em condição de contingência resulta em interrupção de energia para o sistema prisional da região, entre outras cargas. A instalação do segundo banco de autotransformadores 230/69 kV – 3x16,67 MVA permitirá a melhoria da confiabilidade e segurança do suprimento. O arranjo do setor de 69 kV da subestação também foi adequado para que atenda os padrões da empresa e permita maior flexibilidade operativa.
- ◇ SE Carajás – GO - Instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV, o que permitirá o aumento da oferta de energia para as cargas conectadas nestas subestações, bem como a melhoria da confiabilidade das instalações.
- ◇ SE Ananguera – GO - Substituição do 3º Autotransformador 230/138 kV. Esta obra também implicará em aumento da oferta de energia para as cargas conectadas nestas subestações, bem como a melhoria da confiabilidade das instalações.
- ◇ Modernização das Usinas de Rochedo e São Domingos, estado de Goiás, em que serão substituídos todos os sistemas de proteção, controle e supervisão, o que permitirá a operação remota das instalações com maior segurança e confiabilidade

## 2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME. Além disso, ela participa como acionista das Usinas Corumbá III e PCH Fazenda Velha. Abaixo apresenta-se as informações gerais sobre os empreendimentos:

Usina/PCH	Instrumento/Concessão	Potência Instalada	Garantia Física	Início Operação Comercial	Vencimento	Participação CELG GT	Energia Vendida /Cota	RAG 2019/2020 (R\$ milhões)
Rochedo*	Contrato 02/2016	4 MW	3 MW	abr/56	jan/46	100%	Cota	R\$ 4,32
São Domingos	Portaria 352/2013 - MME	12 MW	7,2 MW	jun/90	-	100%	Cota	R\$ 5,25
UHE Corumbá	Contrato 126/2001	94,6 MW	50,9 MW	out/09	nov/36	15%	Energia Vendida	preço por MWH
Fazenda Velha	Portaria 265/2014 - MME	16,5 MW	8,9 MW	mar/16	jun/49	20%	Energia Vendida	preço por MWH

\*Conforme Contrato de Concessão 70% na garantia física submete-se ao regime de cotas de garantia física e 30% comercializada conforme interesses da Companhia.

Está em estudo, no âmbito da ANEEL, a expansão da Usina Rochedo em mais 8MW. Além disso, a Controlada CELG GT possui outros projetos em estudo, como o Consórcio Médio Rio Claro, o Consórcio Rio Claro, o Consórcio Meia Ponte e o Consórcio Rio Mosquito, com previsão de capacidade instalada na ordem de 605 MW, sendo a participação média da Controlada CELG GT de 24,42%.

## 2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2019, o lucro líquido da Controlada CELG GT foi de R\$ 71.100, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 58.544 apresentado em 2018. A receita operacional líquida atingiu R\$ 209.474, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 202.577. Verifica-se, em 2019, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 75.608 em 2019.

Os custos operacionais totalizaram em 2019 o montante de R\$ 98.734, 1,02% superiores em relação à 2018, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 20,70%, 7,89% e 65,65%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 o montante de R\$ 35.132, 8,32% inferiores em relação à 2018, destacando-se os custos com Pessoal/ Administradores, Serviços de Terceiros e Tributos, que representaram 74,85%, 11,02% e 4,37%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2019 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 78.470 positivos, superior ao montante apontado no exercício de 2018, fechado em R\$ 68.730 positivos. A variação positiva total de R\$ 9.710 reflete, sobretudo, o incremento da RAP e racionalização dos custos e despesas operacionais.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2019 da Controlada CELG GT se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas, aporte de sua acionista CELGPAR para fazer face ao seu plano de investimentos – que refletirão diretamente no incremento de novas receitas, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve um aumento de 8,72% em 31 de dezembro de 2019, encerrando o exercício em R\$ 984.151. A estrutura de capital encerrou o exercício com 74,71% de capital próprio e 25,29% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao seguinte: a) tributos diferidos, que totalizaram R\$137.198; b) empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que totalizaram R\$112.442; c) montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPAR, que alçaram o total de R\$ 16.886; e d) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC efetuados pela Controladora CELGPAR, em um total de R\$11.900.

### **3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

#### **3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2019, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;



- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás na CELGPARG, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPARG. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, com a previsão da homologação do Capital Social da CELGPARG no início do exercício social de 2020.

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
31/12/2017	-169.539
<b>TOTAL</b>	<b>1.252.877</b>

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGP

Indicadores	31/12/2018	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	4.595	5.160	12,30%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(6.061)	(6.335)	4,52%
EBITDA (R\$ mil)	(6.055)	(6.331)	4,56%
Lucro Líquido (R\$ mil)	62.506	71.922	15,06%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGP

Indicadores	31/12/2018 REAPRESENTADO	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Liquidez Seca	60,0843621	44,6708333	-25,65%
Liquidez Corrente	60,0843621	44,6708333	-25,65%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.060.605	1.128.096	6,36%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.787.099	2.788.054	0,0343%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.726.494)	(1.659.958)	-3,85%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2019 a manutenção da estrutura dos indicadores de liquidez, decorrente principalmente do acréscimo no seu Ativo Circulante, em função do maior montante de distribuição de dividendos da Controlada Celg GT no exercício de 2019.

Verificou-se também variações nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2019 (data-base em 1º de maio/2019); b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Aumento no Lucro Líquido do exercício de 2019 comparativamente ao Lucro Líquido de 2018.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2019, observa-se que elas se fundamentaram principalmente pelo incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização de créditos (referente aos dividendos distribuídos do exercício de 2018 e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) no valor de R\$29.504, efetuado pela CELGPAR, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$71.097, por parte da Controlada CELG GT.

### **3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2019, foi de R\$ 254.131, sendo que 82,43% ou o equivalente a R\$ 209.474 correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 17,57% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2019 apresentou aumento nas seguintes rubricas da Controlada CELG GT: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP, em 21,02%; b) aumento da receita financeira de contrato, em 1,21%; e c) aumento da receita de construção vinculada à sua curva de investimentos, em 0,89%.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2019, foi de R\$ 140.201. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 129.832.

### **3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

O Patrimônio Líquido Negativo consolidado da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2019, totalizou em (R\$ 1.659.958), denotando ainda uma situação de passivo a descoberto. No entanto, houve um decréscimo nesta situação, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, fundamentado na retenção do lucro líquido do exercício de 2019, no montante de R\$ 71.922, que serviram de base para a absorção contra os prejuízos acumulados da CELGPAR (artigo 189 da Lei nº 6.404/1976).

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2019, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 71.922 em comparação ao lucro líquido de R\$ 62.506 do exercício de 2018, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras das operações de mútuo com a CELG D (atual Enel) e com a Controlada Celg GT; b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 71.097; c) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 28.496; d) constituição da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 4.490; e e) incremento de outras receitas, no total de R\$19.106, relacionadas ao

reconhecimento do valor justo de determinadas propriedades para investimento da Controlada CELG GT.

### 3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGP			
Indicadores	31/12/2018	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	202.577	209.474	3,40%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	63.116	68.503	8,54%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	60.459	69.273	14,58%
EBITDA (R\$ mil)	61.664	70.626	14,53%
Lucro Líquido (R\$ mil)	62.506	71.922	15,06%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	29,84%	33,07%	10,81%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	30,44%	33,72%	10,76%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	30,86%	34,33%	11,28%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGP			
Indicadores	31/12/2018 REAPRESENTADO	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Liquidez Seca	6,74244	8,43358	25,08%
Liquidez Corrente	6,82386	8,51537	24,79%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.324.069	1.430.854	8,06%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.050.563	3.090.812	1,32%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.726.494)	(1.659.958)	-3,85%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2019 um aumento nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGP, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo de Contrato (Concessão de Transmissão da Controlada Celg GT); b) aumento do Ativo Circulante, em função do ingresso de recursos decorrentes de operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuado pela Controlada Celg GT; e c) aumento no seu Passivo Circulante e Passivo não Circulante, em função do diferimento de tributos e operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuados pela Controlada Celg GT. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito positivo no resultado consolidado da CELGP, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os acréscimos apurados e incorporados a estes indicadores.

### 4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGP estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### 5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGP o registro como

companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B<sup>3</sup> S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B<sup>3</sup>"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPARG é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPARG, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2019":

### RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2019

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.696.436	99,7626
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	54.843	0,1673
<b>SOMA</b>	<b>32.774.246</b>	<b>100,0000</b>

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2019, foram realizadas um total de 4.886 negociações de ações ordinárias da CELGPARG na B<sup>3</sup>, com 172.991 ações negociadas, perfazendo uma movimentação de R\$5.810.680,61 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e um centavos).

## 6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPARG informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

## 7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPARG e da sua Controlada CELG GT é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.  
Goiânia, 26 de março de 2020.

A Administração.



**Demonstrações financeiras consolidadas em  
31 de dezembro de 2019**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO					
CIRCULANTE			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	471	633	158.069	101.540
Contas a receber	6	-	-	26.357	26.275
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(1.269)	(875)
Créditos Fiscais	7	2.011	2.440	3.689	2.995
Devedores diversos	8	11.201	10.488	19.153	14.879
Outros créditos	9	-	3	3.158	3.192
Estoques	10	-	-	4.095	4.110
Ativo de Contrato	11	-	-	211.852	191.164
Transações com Partes Relacionadas	33	18.474	15.631	-	-
Despesas antecipadas	-	6	6	1.269	1.168
Total do ativo circulante		<u>32.163</u>	<u>29.201</u>	<u>426.373</u>	<u>344.448</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	8	99.850	111.051	106.542	124.572
Outros Créditos	9	-	-	9.543	1.252
Ativo de Contrato	11	-	-	688.548	681.237
Transações com Partes Relacionadas	33	-	1.437	-	-
Total do realizável a longo prazo		<u>99.850</u>	<u>112.488</u>	<u>804.633</u>	<u>807.061</u>
INVESTIMENTOS	12	996.051	918.880	184.411	156.538
IMOBILIZADO	13	32	36	7.716	8.818
INTANGÍVEL	14	-	-	7.721	7.204
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>1.095.933</u>	<u>1.031.404</u>	<u>1.004.481</u>	<u>979.621</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.128.096</u>	<u>1.060.605</u>	<u>1.430.854</u>	<u>1.324.069</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019	31/12/2018 REAPRESENTADO	31/12/2019	31/12/2018 REAPRESENTADO
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	10.780	3.429
Fornecedores	17	14	21	5.953	3.592
Tributos e Contribuições Sociais	18	191	127	20.967	31.120
Obrigações Estimadas	19	491	307	4.462	3.921
Encargos Setoriais	20	-	-	4.158	3.152
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22	-	-	1.656	1.568
Outros Credores	22	24	31	2.095	3.695
Total do Passivo Circulante		720	486	50.071	50.477
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	15	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	100.100	70.054
Encargos Setoriais	20	-	-	4.497	3.638
Provisões para Contingências	21.a	140	20	4.328	10.172
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	21.b	729	128	6.105	732
Outros Credores	22	-	-	139.246	129.025
Transações com Partes Relacionadas	33	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588
Total do Passivo não Circulante		2.787.334	2.786.613	3.040.741	3.000.086
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital realizado	23	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	23	(2.616.537)	(2.688.459)	(2.616.537)	(2.688.459)
Outros Resultados Abrangentes	23	(17.185)	(11.799)	(17.185)	(11.799)
Total do Patrimônio Líquido		(1.659.958)	(1.726.494)	(1.659.958)	(1.726.494)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.128.096</b>	<b>1.060.605</b>	<b>1.430.854</b>	<b>1.324.069</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Demonstração dos resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	-	-	209.474	202.577
CUSTO OPERACIONAL	25	-	-	(98.734)	(97.735)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	110.740	104.842
DESPESAS OPERACIONAIS	25	(6.335)	(6.061)	(41.467)	(44.383)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(6.335)	(6.061)	69.273	60.459
OUTRAS RECEITAS	24	-	4.135	19.106	5.041
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(6.335)	(1.926)	88.379	65.500
RESULTADO FINANCEIRO	29	7.751	8.198	8.587	8.636
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		71.097	58.544	7.942	13.833
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		72.513	64.816	104.908	87.969
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	30	(591)	(2.310)	(32.986)	(25.463)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(591)	(2.310)	(28.496)	(39.699)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(4.490)	14.236
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		71.922	62.506	71.922	62.506
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		71.922	62.506	71.922	62.506
RESULTADO POR AÇÃO	31				
Resultado por ação ordinária - básico		2,194	1,907	2,194	1,907
Resultado por ação ordinária - diluído		2,194	1,907	2,194	1,907
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		2,194	1,907	2,194	1,907
Resultado por ação ordinária - diluído		2,194	1,907	2,194	1,907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Demonstração dos resultados abrangentes**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.922	62.506	71.922	62.506
Resultados Abrangentes	(5.386)	324	(5.386)	324
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	(601)	146	(601)	146
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	(4.785)	178	(4.785)	178
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>66.536</b>	<b>62.830</b>	<b>66.536</b>	<b>62.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(1.322)	-	(1.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.739.223)	(12.123)	(1.777.582)
Lucro Líquido do Exercício	-	62.506	-	62.506
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	146	146
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	178	178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(11.742)	-	(11.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.688.459)	(11.799)	(1.726.494)
Lucro Líquido do Exercício	-	71.922	-	71.922
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(601)	(601)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(4.785)	(4.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	(17.185)	(1.659.958)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Consolidado**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(1.322)	-	(1.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.739.223)	(12.123)	(1.777.582)
Lucro Líquido do Exercício	-	62.506	-	62.506
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	146	146
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	178	178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(11.742)	-	(11.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.688.459)	(11.799)	(1.726.494)
Lucro Líquido do Exercício	-	71.922	-	71.922
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(601)	(601)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(4.785)	(4.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	(17.185)	(1.659.958)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	209.425	191.233
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(812)	(818)	(17.215)	(15.690)
- Salários e Encargos	(4.096)	(3.715)	(52.116)	(45.098)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(41)	(36)	(3.322)	(1.786)
- Tributos	(1.418)	(4.421)	(79.667)	(51.186)
Resultado Financeiro	30	10	(1.285)	537
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>(6.337)</b>	<b>(8.980)</b>	<b>55.820</b>	<b>78.010</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo de Contrato e Intangível	-	-	(55.779)	(85.426)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(13.900)	(11.600)	-	-
- Alienação de Imóveis	-	-	2.924	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	5.430	9.601
- Outros	-	-	(8.258)	(98)
<b>FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS</b>	<b>(13.900)</b>	<b>(11.600)</b>	<b>(55.683)</b>	<b>(75.923)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
- Outros Resultados Líquidos	58	-	58	-
- Recebimento de Mútuo com Controlada	1.878	2.468	-	-
- Empréstimos Obtidos	-	-	40.512	71.186
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(2.317)	(2.345)
- Recebimento de Mútuo - Anterior Coligada	18.139	18.138	18.139	18.138
<b>FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS</b>	<b>20.075</b>	<b>20.606</b>	<b>56.392</b>	<b>86.979</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(162)</b>	<b>26</b>	<b>56.529</b>	<b>89.066</b>
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	633	607	101.540	12.474
Saldo final de Caixa e Equivalentes	471	633	158.069	101.540
	(162)	26	56.529	89.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Demonstração dos valores adicionados**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	102.414	85.423
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	71.430	70.802
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(772)	(540)
Outros Resultados		-	4.135	99.993	84.980
		-	4.135	273.065	240.665
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	3.277	1.647
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		650	575	74.348	79.205
Outros Custos Operacionais		235	196	3.064	4.819
		885	771	80.689	85.671
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	(885)	3.364	192.376	154.994
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		120	-	120	-
Depreciação, amortização e exaustão		4	6	1.353	1.205
		124	6	1.473	1.205
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	(1.009)	3.358	190.903	153.789
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		8.049	8.836	16.189	11.597
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	446	236
Resultado da Equivalência Patrimonial		71.097	58.544	7.942	13.833
		79.146	67.380	24.577	25.666
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	78.137	70.738	215.480	179.455
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	4.275	3.824	48.075	44.780
GOVERNO	9	1.642	3.770	87.848	69.272
FINANCIADORES	10	298	638	7.635	2.897
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	71.922	62.506	71.922	62.506
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	78.137	70.738	215.480	179.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**

**1.1 Contexto operacional da CELGP**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de dezembro de 2019:

<b>CONTROLADA</b>	<b>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</b>
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

**2. Contexto operacional da Controladora CELG GT**

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

<b>Geração</b>	<b>Localidade</b>	<b>Estado</b>	<b>Contrato de concessão</b>	<b>Data da concessão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Capacidade instalada (MW)</b>	<b>Capacidade utilizada (MW)</b>
<b>PCH</b>						<b>16,000</b>	<b>16,000</b>
São Domingos (a)	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	30/06/2020	12,000	12,000
Rochedo (b)	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
<b>CGH</b>						<b>0,350</b>	<b>0,350</b>
Mambáí (c)	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	31/12/2028	0,350	0,350
						<b>16,350</b>	<b>16,350</b>

(a) *São Domingos*: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. A Receita Anual de Geração – RAG foi determinada até 30 de junho de 2020, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587/2019.

(b) *Rochedo*: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016, com vencimento em 05/01/2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) *Mambaí*: A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambaí I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

<b>Transmissão</b>	<b>Localidade</b>	<b>Contrato de concessão</b>	<b>Data da concessão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações</b>	<b>Extensão (km) Linhas de transmissão</b>
<b>Subestações e linhas</b>						
Rede básica (a)	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	3.208	745
Rede básica (b)	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica (c)	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					<b>3.508</b>	<b>756</b>

(a) Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

(b) Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara – Paranaíba – C2.

(c) Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia – Compensador Estático 500 kV – (-150/+300) MVAr.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17, evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>CONTRATO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>DIREITOS DE USO</b>	<b>OPÇÃO DE RENOVAÇÃO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA</b>
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido, nesse contrato, para as Usinas de Rochedo e Mambáí. A Usina de Rochedo passou por novo processo licitatório de sua concessão, onde a Celg GT assinou um novo contrato para esta (Contrato 02/2016); 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais de Geração – RAG desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo de Contrato no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se há época dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), e atualmente dentro dos critérios do CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente).

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

### **3. Bases de elaboração e apresentação**

---

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Conselhos de Administração em 27 de março de 2020 e Conselho Fiscal em 26 de março de 2020.

#### **3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

#### **3.2. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

##### **a. Procedimentos de Consolidação**

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2019, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Contas a Receber

Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR ou cotas de garantia física de energia e potência, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável da geração/transmissão de energia elétrica.

O ativo indenizável registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Controlada Celg GT terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observando os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada Celg GT estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do

## **COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Controlada Celg GT na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

#### **d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.b e 6.c.

#### **e. Estoques**

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

#### **f. Investimentos**

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

#### **g. Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

h. Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

j. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

k. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2019 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

I. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da ELETRA - Fundação de Previdência Privada. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

m. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

n. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas e transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- compromissos com plano de benefícios de colaboradores;
- imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- provisões para contingências.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

o. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas**

A Companhia e controlada adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2018 e 2019.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários a vista	11	3	6.992	608
Aplicações financeiras de curto prazo	460	630	151.077	100.932
<b>TOTAL</b>	<b>471</b>	<b>633</b>	<b>158.069</b>	<b>101.540</b>

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez imediata.

**6. Contas a Receber**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>CIRCULANTE</u>		
Concessionárias		
- Suprimento	912	950
- Encargos de uso da rede elétrica	21.385	20.439
- Energia Elétrica de Curto Prazo	3.589	4.405
<b>Total</b>	<b>25.886</b>	<b>25.794</b>
Outras Rendas		
- Outras Rendas	471	481
<b>Total</b>	<b>471</b>	<b>481</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>26.357</b>	<b>26.275</b>

**Composição do Contas a Receber:**

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2019					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2019	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2019	SALDO 31/12/2019
Concessionárias						
Suprimento	912	-	-	912	-	912
Encargos Uso Rede Elétrica	20.671	476	238	21.385	-	21.385
Energia Elétrica de Curto Prazo	421	453	2.715	3.589	-	3.589
Outras Rendas	43	-	428	471	-	471
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(1.269)	(1.269)
<b>TOTAL CONCESSIONÁRIOS</b>	<b>22.047</b>	<b>929</b>	<b>3.381</b>	<b>26.357</b>	<b>(1.269)</b>	<b>25.088</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>22.047</b>	<b>929</b>	<b>3.381</b>	<b>26.357</b>	<b>(1.269)</b>	<b>25.088</b>

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2018					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2018	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2018	SALDO 31/12/2018
Concessionárias						
Suprimento	889	37	24	950	-	950
Encargos Uso Rede Elétrica	17.990	1.975	474	20.439	-	20.439
Energia Elétrica de Curto Prazo	175	1.285	2.945	4.405	-	4.405
Outras Rendas	27	26	428	481	-	481
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(875)	(875)
<b>TOTAL CONCESSIONÁRIOS</b>	<b>19.081</b>	<b>3.323</b>	<b>3.871</b>	<b>26.275</b>	<b>(875)</b>	<b>25.400</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>19.081</b>	<b>3.323</b>	<b>3.871</b>	<b>26.275</b>	<b>(875)</b>	<b>25.400</b>

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por essa instituição. Nos meses em que essas informações não são



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

disponibilizadas em tempo hábil por esse órgão, os valores são estimados pela Controlada.

- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2018	875
Provisão no exercício	394
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.269

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 7. Créditos Fiscais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
CRÉDITOS FISCAIS				
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2.011	2.440	3.467	2.831
Outras Antecipações	-	-	222	164
TOTAL	2.011	2.440	3.689	2.995

## 8. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores	-	-	-	-	377	-	23	-
Empregados	-	-	-	-	35	-	9	-
Dividendos a Receber	-	-	-	-	4.203	-	3.457	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	11.201	99.850	10.488	111.051	11.201	99.850	10.488	111.051
Outros	-	-	-	-	3.337	6.692	902	13.521
TOTAL	11.201	99.850	10.488	111.051	19.153	106.542	14.879	124.572

- (a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D (atual Enel), no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**9. Outros créditos**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Bens Destinados a Alienação (a)	-	-	-	-	3.158	-	3.189	-
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	3	-	-	1.189	3	1.252
Fundo Vinculado - Serviço da Dívida FCO	-	-	-	-	-	8.354	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3.158</b>	<b>9.543</b>	<b>3.192</b>	<b>1.252</b>

(a) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Controlada CELG GT conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da Companhia Celg de Participações - CELGPAR.

**10. Estoques**

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
Estoques		
Almoxarifado de operação e manutenção	259	227
Transformação, fabricação e reparo de materiais	3.056	3.087
Material emprestado	298	320
Material destinado à alienação	477	471
Resíduos e sucatas	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>4.095</b>	<b>4.110</b>

**11. Ativo de Contrato**

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente). Os saldos dos Ativos de Contrato estão abaixo apresentados:

ATIVO DE CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2019			31/12/2018		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	176.852	549.940	726.792	157.560	543.654	701.214
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	2.865	19.867	22.732	2.808	19.863	22.671
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.416	21.091	23.507	2.312	19.584	21.896
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.809	12.666	17.475	4.642	12.330	16.972
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	24.910	84.984	109.894	23.842	85.806	109.648
		<b>211.852</b>	<b>688.548</b>	<b>900.400</b>	<b>191.164</b>	<b>681.237</b>	<b>872.401</b>

Abaixo a movimentação do Ativo de Contrato no Exercício:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

ATIVO DE CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO							31/12/2019
		31/12/2018	Receita Financeira do Contrato	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recbimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Outras Adições e Baixas		
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	701.214	67.825	69.145	74.419	(171.082)	(14.729)	726.792	
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	22.671	-	166	5.898	(6.003)	-	22.732	
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	21.896	1.648	1.412	354	(1.647)	(156)	23.507	
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rachedo	16.972	1.780	404	2.979	(4.671)	11	17.475	
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	109.648	10.568	303	13.697	(23.562)	(780)	109.894	
		<u>872.401</u>	<u>81.821</u>	<u>71.430</u>	<u>97.347</u>	<u>(206.965)</u>	<u>(15.634)</u>	<u>900.400</u>	

## 12. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
			REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	984.151	905.221	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT	11.900	13.600	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	16.681	1.604
Participações Societárias Permanentes (c)	-	59	219	137
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	65.770	63.562
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.526	3.964
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	26.342	24.429
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	38.641	36.634
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	19.785	19.847
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	12.447	6.361
<b>TOTAL</b>	<b>996.051</b>	<b>918.880</b>	<b>184.411</b>	<b>156.538</b>

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Geração CIII S.A.	25,0%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, com potência instalada de 16,5 MW, e concessão de 35 anos. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
<b>TOTAL</b>		<u>100,0%</u>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

– LOTE B:

LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2, em operação comercial na data-base de 31 de dezembro de 2019;

SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, em operação comercial na data-base de 31 de dezembro de 2019;

LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea), em operação comercial desde o dia 24 de abril de 2017;

LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, em operação comercial desde o dia 06 de maio de 2016.

– LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário desse empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., que entrou em operação comercial em 1º de março de 2019, sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social, e o quadro societário dividido da seguinte forma:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Firminópolis Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

**12.1. Investimentos Diretos em Controlada**

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA	
	CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2019	31/12/2018
		REAPRESENTADO
Capital Social da Controlada	599.095	599.095
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	905.221	801.195
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	905.221	801.195
Aumento de Capital na Controlada	29.504	70.950
Outros Resultados Abrangentes	(4.785)	178
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	71.097	58.544
Ajustes de Exercícios Anteriores (a)	-	(11.742)
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(16.886)	(13.904)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	984.151	905.221

(a) Referem-se aos seguintes ajustes por conta da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), no âmbito da Coligada Indireta Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A.:

a1. Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.: efeito negativo de R\$616;

a2. Lago Azul Transmissão S.A.: efeito negativo de R\$11.126.

### 13. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2019			31/12/2018	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA BAIXAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	59	10,00%	(27)	32	36
TOTAL	59	-	(27)	32	36

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2019				31/12/2018
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIACÃO ACUMULADA BAIXAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(3.184)	-	1.197
Terrenos	1	0,00%	(1)	-	1
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	527	3,69%	(527)	-	-
Máquinas e Equipamentos	6.058	4,59% e 6,54%	(2.998)	3.060	3.232
Veículos	1.042	6,43%	(676)	366	537
Móveis e Utensílios	327	10% e 6,43%	(145)	182	220
Subtotal	11.139		(7.531)	3.608	5.187
Em curso:					
Geração	3.625	-	-	3.625	3.334
Administração Central	483	-	-	483	297
Subtotal	4.108	-	-	4.108	3.631
<b>TOTAL</b>	<b>15.247</b>	<b>-</b>	<b>(7.531)</b>	<b>7.716</b>	<b>8.818</b>

**Movimentação:**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	Depreciação				
	Saldos em 31/12/2018			Saldos em 31/12/2019	
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	-	-	-
Imobilizado em Serviço - Administração Central	36	(4)		32	
Total em Serviço	36	(4)		32	
Total do Imobilizado	36	(4)		32	

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação		Saldos em 31/12/2019
				Outros	Recuperação de Custos	
Imobilizado em Serviço - Geração	1.212	-	-	-	(1.212)	-
Imobilizado em Serviço - Administração Central	3.975	-	-	-	(367)	3.608
Total em Serviço	5.187	-	-	-	(1.579)	3.608
Imobilizado em Curso - Geração	3.334	291	-	-	-	3.625
Imobilizado em Curso - Administração Central	297	905	(119)	(600)	-	483
Total em Curso	3.631	1.196	(119)	(600)	-	4.108
Total do Imobilizado	8.818	1.196	(119)	(600)	(1.579)	7.716

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e

## COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

## 14. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2019 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço	7.721	7.204
TOTAL	7.721	7.204

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2018	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2019
		Adições / Unitizações	Baixas	Amortização	
Intangível	7.204	899	(1)	(381)	7.721
Total do Intangível	7.204	899	(1)	(381)	7.721



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**15. Adiantamentos para futuro aumento de capital**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877
TOTAL	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D (atual Enel). O saldo anterior de R\$ 3.275 também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Esse valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D (atual Enel), tendo sido promovido o aumento de capital nessa empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além desse montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305. Observou-se, por sua vez, que do montante adiantado pelo Estado na Celgpar, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, objeto de quitação parcial de assunção de dívida efetuado por este a favor da Celgpar. Apesar disto, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, o Estado ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, com a previsão da homologação de ações e aumento do Capital Social da CELGPAR no exercício social de 2020 (Ver Nota Explicativa nº 35-d Eventos Subsequentes).

**16. Empréstimos e financiamentos**

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2019		31/12/2018	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Banco do Brasil S/A (b)	9.917	100.100	2.063	69.219
Eletra (a)	863	-	1.366	835
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>10.780</b>	<b>100.100</b>	<b>3.429</b>	<b>70.054</b>

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.;
- b. Recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, captados pela Controlada Celg GT. Os recursos tem a finalidade de fazer face aos compromissos de investimentos, inerentes a reforços, determinados pelas Resoluções Autorizativas ANEEL - REA nº 4.891/2014 e 5.444/2015, bem como em decorrência da implantação de empreendimentos relativos aos Contratos de Concessões nº 003/2015 e 004/2016, todos da Controlada Celg GT. Sobre os valores lançados na conta vinculada à Cédula de Crédito Bancário, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC, nos termos da Resolução CMN nº 4.622, de 02/01/2018 e legislação posterior que venha alterá-la, ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente venha substituí-la, debitados no dia primeiro ou dia útil subsequente, inclusive durante o período de carência. A TFC é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pelo seu componente prefixado, que nos termos da lei são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos “i”, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, da Resolução CMN nº 4.600, de 25/09/2017 e legislação posterior que venha alterá-la, o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), o Fator de Programa (FP), o Fator de Localização (FL) e o Bônus de Adimplência (BA) de 15% (quinze por cento) quando houver. Sobre o componente prefixado da TFC, será concedido BA, desde que as prestações da dívida (principal e encargos financeiros) sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento. Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado com o BA vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 4,389 (quatro inteiros e trezentos e oitenta e nove milésimos) pontos percentuais ao ano; já nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado sem o BA vigente na data de contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 5,163 (cinco inteiros e cento e sessenta e três milésimos) pontos percentuais ao ano. Os juros referidos acima serão exigíveis integralmente a contar de 02/01/2019, no dia primeiro, trimestralmente durante o prazo de carência (12 meses), e, mensalmente durante o período de amortização (132 meses), juntamente com as

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

prestações do principal, nas remições, proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2019				CONSOLIDADO - 31/12/2018			
Banco do Brasil				Banco do Brasil			
INDEXADOR	S/A	Eletra	Total	INDEXADOR	S/A	Eletra	Total
TFC (CMN)	110.017	-	110.017	TFC (CMN)	71.282	-	71.282
INPC	-	863	863	INPC	-	2.201	2.201
<b>Total</b>	<b>110.017</b>	<b>863</b>	<b>110.880</b>	<b>Total</b>	<b>71.282</b>	<b>2.201</b>	<b>73.483</b>

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2019				
Ano	Banco do Brasil S/A	Eletra	Total	
2020	9.917	863	10.780	
2021	10.021	-	10.021	
2022	10.021	-	10.021	
2023	10.021	-	10.021	
2024-2030	70.037	-	70.037	
<b>Total</b>	<b>110.017</b>	<b>863</b>	<b>110.880</b>	

## 17. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Outros	-	-	-	120
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	74	54
- Imobilizações em Curso	-	-	4.459	2.196
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.533</b>	<b>2.370</b>
Materiais e Serviços	14	21	1.420	1.222
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>5.953</b>	<b>3.592</b>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**18. Tributos e contribuições sociais**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	177	5
INSS A PAGAR	75	69	762	764
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	1.007	928
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	423	152
PIS - CORRENTE	-	-	279	255
PIS - RETIDO NA FONTE	-	-	5	4
COFINS - CORRENTE	-	-	1.294	1.180
COFINS - RETIDO NA FONTE	3	2	24	20
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	-	-	12.247	20.128
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	43	39	155	78
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	53	-	3.608	6.831
FONTE	-	-	77	26
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	303	167
FGTS A PAGAR	17	17	331	328
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	275	254
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>127</b>	<b>20.967</b>	<b>31.120</b>

**19. Obrigações estimadas**

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	2019	2018	2019	2018
Folha de Pagamento	491	307	4.462	3.921
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>491</b>	<b>307</b>	<b>4.462</b>	<b>3.921</b>

a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**20. Encargos setoriais**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	61	-	44	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	43	-	49	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.625	-	2.686	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	169	4.497	147	3.638
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	260	-	226	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.158</b>	<b>4.497</b>	<b>3.152</b>	<b>3.638</b>

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

**21. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego**

**21.a – Provisões para contingências:**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	31/12/2019				31/12/2018				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	Baixa	No Exercício REF.	Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Baixa	No Exercício Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
NÃO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	-	B.1	120	140	-	-	-	20	3
Total Trabalhistas	-		120	140	-	-	-	20	3
<b>TOTAL - NAO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>		<b>120</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>3</b>

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2019				31/12/2018				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	Baixa	No Exercício REF.	Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Baixa	No Exercício Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
NÃO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	(8.752)	B.1	2.908	4.328	1.189	-	-	10.172	1.255
Total Trabalhistas	(8.752)		2.908	4.328	1.189	-	-	10.172	1.255
<b>TOTAL - NAO CIRCULANTE</b>	<b>(8.752)</b>		<b>2.908</b>	<b>4.328</b>	<b>1.189</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.172</b>	<b>1.255</b>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

**21.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 34 – Plano de aposentadoria):**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	729	128	6.105	732
<b>TOTAL</b>	<b>729</b>	<b>128</b>	<b>6.105</b>	<b>732</b>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**22. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019		31/12/2018	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	51	-	304	51
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	10	17	233	-	219	-
Empréstimos Consignados	-	-	560	-	488	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	873	-	878	-
Tributos Diferidos	-	-	-	137.198	-	126.926
Celg Distribuição S.A. - Celg D	-	-	-	2.048	-	2.048
Outros	14	14	2.034	-	3.374	-
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>31</b>	<b>3.751</b>	<b>139.246</b>	<b>5.263</b>	<b>129.025</b>

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Imposto de renda diferido</b>		
Diferenças temporárias passivas	3.916	17
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira de contrato	31.509	24.118
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	64.671	72.779
Diferenças temporárias ativas	(3.500)	(3.617)
	<b>96.596</b>	<b>93.297</b>
<b>Contribuição social diferida</b>		
Diferenças temporárias passivas	1.410	6
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira de contrato	11.343	8.682
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	23.282	26.201
Diferenças temporárias ativas	(1.221)	(1.266)
	<b>34.814</b>	<b>33.623</b>
<b>PIS diferido<sup>1</sup></b>		
Diferenças temporárias passivas	1.032	1
	<b>1.032</b>	<b>1</b>
<b>COFINS diferida<sup>1</sup></b>		
Diferenças temporárias passivas	4.756	5
	<b>4.756</b>	<b>5</b>
	<b>137.198</b>	<b>126.926</b>

- a. Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**23. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)**

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2019	NO EXERCÍCIO	31/12/2018
			REAPRESENTADO
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.676.717)	-	(2.676.717)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	(11.742)	-	(11.742)
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	71.922	71.922	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.642.773)	71.922	(1.714.695)
Outros Resultados Abrangentes	(17.185)	(5.386)	(11.799)
Total do Patrimônio Líquido	(1.659.958)	66.536	(1.726.494)

(a) As 32.774 ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás/Celg D, atual Enel, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770.

O valor patrimonial desse investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

(c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, efetuou, mediante a fixação das condições de aumento de capital em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 03 de dezembro de 2019, o delineamento das condições para que o Estado de Goiás capitalize os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados por ele, que totalizaram em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 15 e NE 35-d Eventos Subsequentes). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.067; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 601 (Ver Nota 34); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 4.785.

**24. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento	3.533	4.068
Serviços de Operação e Manutenção (a)	97.347	80.442
Receita de Construção (b)	71.430	70.802
Receita Financeira da Concessão (c)	81.821	80.845
(-) Deduções da Receita (d)	(44.657)	(33.580)
<b>TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>209.474</b>	<b>202.577</b>

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de contrato, assim como conexões nos ativos de transmissão da rede básica;

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 (R1), correspondente a serviços de aquisição de equipamentos/serviços incorporados ao ativo de contrato. No encerramento das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 71.430 e R\$ 70.802 respectivamente;

(c) Refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos de Contrato da Concessão de Transmissão;

(d) Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018
PIS	4.193	3.183
COFINS	19.314	14.657
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	633	527
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	276	273
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	1.573	1.474
Conta de desenvolvimento energético	15.315	10.684
Outros encargos - PROINFA	3.353	2.782
<b>TOTAL</b>	<b>44.657</b>	<b>33.580</b>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

24.1 – Outras Receitas – Não Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
AJUSTE A VALOR JUSTO - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	-	-	15.464	-
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS	-	4.135	-	4.135
OUTRAS RECEITAS	-	-	3.642	906
<b>TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>4.135</b>	<b>19.106</b>	<b>5.041</b>

**25. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais**

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Administradores	4.275	3.824	4.275	3.824
Serviços de Terceiros	650	575	650	575
Depreciação/Amortização	4	6	4	6
Provisão/Reversão para Contingências	120	-	120	-
Tributos	1.051	1.460	1.051	1.460
Outras	235	196	235	196
<b>TOTAL</b>	<b>6.335</b>	<b>6.061</b>	<b>6.335</b>	<b>6.061</b>

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.352	915	-	-	2.352	915
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	622	580	-	-	622	580
Pessoal e Administradores	20.443	17.834	30.572	30.371	51.015	48.205
Material	1.028	73	655	1.075	1.683	1.148
Serviços de Terceiros	7.789	6.710	4.522	4.904	12.311	11.614
Depreciação/Amortização	305	306	1.048	899	1.353	1.205
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	772	540	105	3.177	877	3.717
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	120	-	120	-
Tributos	218	12	2.585	2.707	2.803	2.719
Recuperação de Custos/Despesas	(1.230)	(733)	(22)	(203)	(1.252)	(936)
Custos de Construção	64.823	70.802	-	-	64.823	70.802
Outras	1.612	696	1.882	1.453	3.494	2.149
<b>TOTAL</b>	<b>98.734</b>	<b>97.735</b>	<b>41.467</b>	<b>44.383</b>	<b>140.201</b>	<b>142.118</b>

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**26. Seguros**

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2019, tem contratadas as apólices de seguro dos bens e instalações vinculados aos Contratos de Concessão das Atividades de Geração e Transmissão.

**27. Encargos financeiros e efeitos inflacionários**

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

**28. Remuneração dos administradores e empregados**

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2019, foram R\$ 43 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 43 e R\$ 4, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	3	20
Remuneração Fixa até o final do Exercício	468	260	156	1.677	2.561
Salário ou pró-labore	468	260	156	1.677	2.561
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	468	260	156	1.677	2.561

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	4	43
Valor da menor remuneração individual	4	4	4	43
Valor médio da remuneração individual	4	4	4	43

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

## 29. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2018 - 31/12/2018
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	20	55
Rendas	8.008	8.780	15.212	11.285
Outras	41	56	743	64
Total das Receitas	8.049	8.836	15.975	11.404
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(493)	(214)
Encargos de Dívidas	(284)	(628)	(6.839)	(2.502)
Outras - inclui IOF aplicações financeiras	(14)	(10)	(56)	(52)
Total das Despesas	(298)	(638)	(7.388)	(2.768)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	7.751	8.198	8.587	8.636

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**30. Imposto de renda e contribuição social**

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	161	616	7.554	10.516
Imposto de renda corrente	430	1.694	20.942	29.183
	591	2.310	28.496	39.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	1.191	(3.765)
Imposto de renda diferido	-	-	3.299	(10.471)
	-	-	4.490	(14.236)
	591	2.310	32.986	25.463

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos desses efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido antes dos impostos	72.513	64.816	104.908	87.969
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	24.654	22.037	59.841	49.814
Exclusões ao lucro contábil - efeito fiscal da equivalência patrimonial na Controlada Celg GT - 34%	(24.063)	(19.727)	(24.063)	(19.727)
Diferenças permanentes	-	-	(2.757)	(4.600)
Diferenças temporárias	-	-	(4.490)	14.236
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-	-	-
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	-
Programa Empresa Cidadã	-	-	(11)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	591	2.310	28.496	39.699
Diferenças temporárias	-	-	4.490	(14.236)
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	4.490	(14.236)
Tributos sobre o lucro	591	2.310	32.986	25.463
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	0,8%	3,6%	31,4%	28,9%

### 31. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	71.922	62.506
Total	71.922	62.506
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	2,194	1,907

### 32. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou a NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros); a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 39 – R4 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c)

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.2 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

a.3 Risco quanto à escassez de energia:

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Controlada Celg GT. Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

### **33. Transações com partes relacionadas**

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	1.588	1.726	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	16.886	13.905	-	-
TOTAL:	18.474	15.631	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	1.437	-	-
TOTAL DO ATIVO:	-	1.437	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588
TOTAL DO PASSIVO:	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588

- (1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;  
(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;  
(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2019.

### 34. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da ELETRA – Fundação de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

#### a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

#### b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

##### b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

<b>BENEFICIO</b>
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA
	31/12/2019
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	55,0
Salário Médio (R\$)	8.257
Aposentados Válidos	2
Idade Média (anos)	60,0
Benefício Médio (R\$)	4.515

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 147.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2018. Dessa forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 729, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

**35. Outras informações**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>71.922</b>	<b>62.506</b>	<b>71.922</b>	<b>62.506</b>
<b>MAIS</b>	<b>302</b>	<b>634</b>	<b>178.118</b>	<b>182.808</b>
Depreciação/Amortização	4	6	1.353	1.205
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	109.618	108.356
Custo da Construção	-	-	64.823	70.802
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	-	-	647	153
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	298	628	298	1.577
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	1.379	715
<b>MENOS</b>	<b>(79.146)</b>	<b>(67.324)</b>	<b>(190.272)</b>	<b>(174.310)</b>
Ganho de Equivalência Patrimonial	(71.097)	(58.544)	(7.942)	(13.833)
Receita da Construção	-	-	(71.430)	(70.802)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(8.049)	(8.780)	(10.691)	(8.806)
Ganhos em Participações Societárias	-	-	(216)	(24)
Ganhos na Alienação de Materiais	-	-	(2.708)	-
Receita Financeira da Concessão	-	-	(81.821)	(80.845)
<b>AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO</b>	<b>585</b>	<b>(4.796)</b>	<b>(3.948)</b>	<b>7.006</b>
Contas a receber	-	-	312	(1.418)
Créditos fiscais	-	-	(1.123)	(359)
Outros devedores	10.920	7.375	11.540	7.644
Estoques	-	-	15	(1.299)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(131)	(679)
Fornecedores	(7)	(7)	98	293
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	424	485
Tributos e contribuições sociais	64	(1.660)	(10.863)	23.082
Obrigações estimadas	184	88	184	88
Encargos Setoriais	-	-	1.865	1.427
Provisão para litígios	-	-	(5.964)	2.315
Benefício Pós-Emprego	-	-	8	(1)
Outros credores	(7)	3	(16)	272
Outras variações ativas e passivas	(10.569)	(10.595)	(10.569)	(10.595)
Tributos Diferidos	-	-	10.272	(14.249)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(6.337)</b>	<b>(8.980)</b>	<b>55.820</b>	<b>78.010</b>

b. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2019, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 25 de março de 2020, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos Fiscal e de Administração em 26 e 27 de março de 2020, respectivamente.

c. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar implementará paulatinamente as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 15). Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições de aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, com a previsão da homologação de ações e aumento de capital da CELGPAR no exercício social de 2020 (Ver Nota Explicativa nº 35-d Eventos Subsequentes);
- ii. Manter, quando necessárias, as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

d. Evento Subsequente – Subscrição Particular de Ações e Aumento de Capital da CELGPAR

Conforme edital de convocação publicado nos dias 19, 20 e 23 de março de 2020, a homologação do aumento do capital social da Celgpar ocorrerá na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, que ocorrerá no dia 3 de abril de 2020. Após esta homologação verificar-se-á, com base no montante subscrito pelos seus acionistas, em específico o acionista controlador Estado de Goiás, que a situação de Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) será solucionada.

e. Evento Subsequente – Surto do Novo Coronavírus (COVID 19)

A Celgpar e sua Controlada Celg GT informam que desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID 19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo

## **COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação das Companhias com seus colaboradores vêm sendo utilizados na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus. Até o momento, nenhum(a) colaborador(a) foi testado(a) positivamente para a infecção em seus locais de trabalho. Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face à diminuição no consumo de energia elétrica no mercado nacional, que venham a impactar o faturamento vinculado às atividades de geração e transmissão. Por fim, ressaltamos que em função da alta volatilidade do câmbio recentemente, informamos que não temos nenhuma exposição cambial, e que a Celgpar e sua Controlada Celg GT tem adequada flexibilidade e capacidade financeira para enfrentar os impactos nos seus fluxos de caixa.

#### **f. Evento Subsequente – Fato Relevante relacionado à Controlada Celg GT**

Conforme Fato Relevante divulgado ao Mercado no dia 26 de fevereiro de 2020, a Celgpar comunicou aos seus acionistas que recebeu, por ofício, a determinação do representante do acionista controlador, para que seja contratada empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos e posterior assessoria, para alienação das ações de sua propriedade na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT e suas participações em outros empreendimentos. Estas tratativas encontram-se em andamento, não tendo ocorrido qualquer fato superveniente entre a data do Fato Relevante e a data de autorização destas Demonstrações Financeiras.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Savio de Faria Caram Zuquim

**Membros:** Savio de Faria Caram Zuquim, Wagner Oliveira Gomes, Lener Silva Jayme, José Fernando Navarrete Pena, Fabrício Borges Amaral, Fernando Oliveira Fonseca, Dionizio Jerônimo Alves, Daniel Augusto Ribeiro e Gilmar José de Moraes.

### **CONSELHO DE FISCAL**

**Presidente:** Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

**Membros:** Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Éverton Chaves Correia.

### **DIRETORIA**

---

**Lener Silva Jayme**  
**Diretor-Presidente**

**CPF: 479.523.006-44**

---

**José Fernando Navarrete Pena**  
**Diretor Vice-Presidente e de relações**  
**com Investidores**  
**CPF: 303.118.701-63**

---

**Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior**  
**Diretora de Gestão Corporativa**  
**CPF: 704.879.101-25**

### **RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**

---

**Eduardo José dos Santos**  
**Contador – CRC-GO 13.496/O-8**  
**CPF: 767.706.561-91**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
**individuais e consolidadas**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Companhia CELG de Participações – CELGP**  
Goiânia – GO

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações S/A - CELGP (“CELGP” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia CELG de Participações S/A - CELGP** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Ênfase**

**Passivo a descoberto**

De acordo com a nota explicativa no 35.c e conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a administração da CELGP, com vistas ao saneamento da situação de Passivo a Descoberto da Companhia no montante de R\$ (1.659.958) mil, efetuou, mediante a fixação das condições de aumento de capital em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 03 de dezembro de 2019, o delineamento das condições para que o Estado de Goiás capitalize os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados por ele, que totalizaram em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.252.877. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 461.875 mil, se houver a integralização do AFAC, as outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.

**Surto do Novo Coronavírus (COVID 19)**

De acordo com a nota explicativa 35.e – “A Companhia e sua controlada Celg GT informam que desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados pela Companhia no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
**individuais e consolidadas**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações”, conforme detalhado pormenorizadamente naquela nota explicativa.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto, considerando também sua exigência pelas circulares 02/2020 e 03/2020 do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) bem como circular 02/2020 emitida pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Ademais, entendemos que os impactos do surto do COVID-19 serão menores no setor de energia elétrica, considerando sua demanda ininterrupta por todos os usuários (sejam pessoas físicas ou jurídicas).

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **a) Ativo de Contrato (Nota explicativa 11)**

Conforme Nota Explicativa nº 11, o principal ativo da Companhia é seu ativo de contrato no montante de R\$ 900.400 mil, segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. E estão segregados esses saldos com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a linha de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão de Itumbiara, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo, contrato de concessão nº 04/2016, Luziânia e Portaria MME nº 352/2013, usina de São Domingos. A administração registra os contratos de concessão de geração/transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da interpretação técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo de contrato da Companhia.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto?**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
**individuais e consolidadas**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução do contrato; ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

**b) Investimentos (Nota Explicativa 12)**

Conforme Nota Explicativa nº 12, os Investimentos da Controlada CELG GT possuem registrado saldos de coligadas e controladas em conjunto "joint venture" no montante de R\$167.511 mil, esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com a concessão de 35 anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionário de 50,01% (cinquenta vírgula um por cento) e Firminópolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e joint ventures, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham segurança na determinação dos valores apresentados.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as informações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todos as demonstrações financeiras destas investidas. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

**Outros assuntos**

**Reapresentação dos saldos comparativos**

A Companhia procedeu com as reapresentações, de forma retrospectiva, dos saldos correspondentes do balanço patrimonial exercício findo em 31 de dezembro de 2018, publicadas em 28 de março de



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
**individuais e consolidadas**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2019. Os ajustes aplicados decorrem da reavaliação de determinados itens após a adoção inicial do CPC 47 – Receita de contratos com clientes, realizados nas investidas empresas Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. e Lago Azul Transmissão S.A., investidas da CELG GT, a qual a Companhia detém 100% de participação societária. Ressalta-se que, se essa informação pudesse ter sido razoavelmente obtida, teria sido levada em consideração na elaboração e na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018. Devido aos efeitos não serem considerados relevantes sobre o conjunto das demonstrações, a Companhia não procedeu com a divulgação sobre o assunto em nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nossa conclusão não contém modificações relacionada a esse assunto.

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

**Outras informações que acompanham a demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com

## **COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2019**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
**individuais e consolidadas**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 25 de março de 2020.

**Berkan Auditores Independentes S.S.**  
CRC SC-009075/O-7 S GO

Bradley Ricardo Moretti  
Contador CRC SC-023618/O-6 S GO

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações - Celgpar, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 25 de março de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, **26 de março de 2020.**

Cristiane Alkmin Junqueira  
Schmidt  
Conselheira Fiscal

Éverton Chaves Correia  
Conselheiro Fiscal

## **PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Celg de Participações-CELGPAR, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 25 de março de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, em consonância com o § 1º, Art. 66, do Estatuto Social.

Goiânia, **26 de março de 2020.**

Julio Cesar Costa  
Presidente

Osair Pinheiro Silva  
Integrante do Comitê de  
Auditoria Estatutário

Bianca Christine Martins Rezende  
Steindorff  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Estatutário

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS**  
**AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGP, em cumprimento ao disposto no Art. 29, §1º, inciso II da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido em 25 de março de 2020, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Goiânia, 25 de março de 2020.

Lener Silva Jayme  
Diretor-Presidente  
CPF nº. 479.523.006-44

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor Vice-Presidente e de Relações  
com Investidores  
CPF nº. 303.118.701-63

Anita Luzia de Souza Pinheiro da  
Costa Belchior  
Diretora de Gestão Corporativa  
CPF: 704.879.101-25

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Goiânia, 25 de março de 2020.

Lener Silva Jayme  
Diretor-Presidente  
CPF nº. 479.523.006-44

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor Vice-Presidente e de Relações  
com Investidores  
CPF nº. 303.118.701-63

Anita Luzia de Souza Pinheiro da  
Costa Belchior  
Diretora de Gestão Corporativa  
CPF: 704.879.101-25